

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA – CAMPUS SERTÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRESSA MARIA ARAÚJO DE MEDEIROS

**O USO DO FLUXO DE CAIXA NOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS: UM  
ESTUDO DE CASO EM UM MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Santana do Ipanema  
2015

ANDRESSA MARIA ARAÚJO DE MEDEIROS

**O USO DO FLUXO DE CAIXA NOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS: UM  
ESTUDO DE CASO EM UM MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Monografia apresentada para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão como requisito final de obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão - Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Msc. Patrícia Brandão Barbosa da Silva

Santana do Ipanema

2015

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Unidade Santana do Ipanema**  
Bibliotecária Responsável: Rafaela Lima de Araújo / CRB4 - 2058

M488u      Medeiros, Andressa Maria Araújo de.  
                 O uso do fluxo de caixa nos pequenos empreendimentos: um estudo de caso em um microempreendedor individual / Andressa Maria Araújo de Medeiros. - 2015.  
  
                 57 f.:il.  
  
                 Orientadora: Patrícia Brandão Barbosa Silva.  
                 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências contábeis. Santana do Ipanema, 2018.  
  
                 Bibliografia: f. 51-53..  
                 Anexo: f. 54-57.  
  
                 1. Microempresa. 2. Microempreendedor individual. 3. Contabilidade gerencial. 4. Demonstração de fluxo de caixa I. Título.

CDU: 657

**ANDRESSA MARIA ARAÚJO DE MEDEIROS**

**O USO DO FLUXO DE CAIXA NOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS: UM  
ESTUDO DE CASO EM UM MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

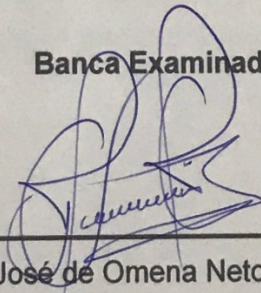
Monografia submetida ao corpo docente da  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL /  
Campus Sertão - Unidade Acadêmica de  
Santana do Ipanema e aprovada em 8 de abril  
de 2015, com nota 10.

*Patrícia Brandão Barbosa da Silva*

---

Msc. Patrícia Brandão Barbosa da Silva, UFAL, Orientadora.

**Banca Examinadora:**



---

Msc. Alcides José de Omena Neto, UFAL, Examinador.

*Hélio Felipe Freitas*

---

Esp. Hélio Felipe Freitas de Almeida Silva, UFAL, Examinador.

Dedico primeiramente a Deus, aos meus pais em memória, ao meu querido irmão, a minha cunhada e as minhas amigas e companheiras desta linda jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a DEUS que desde o dia que passei no vestibular preparou absolutamente tudo, me dando coragem, força, sabedoria e colocando pessoas maravilhosas no decorrer desta jornada que posso considerar anjos na minha vida.

Aos meus pais em memória, Maria das Graças e Valmiro, por terem me ensinado valores e dado uma ótima educação, pois graças a eles consegui ingressar em uma Universidade Federal. Sei que minha mãe estaria muito feliz ao me ver concluindo essa jornada.

Ao meu irmão Alisson e a minha cunhada Gicelia pelo apoio, pelo incentivo, por acreditarem na minha capacidade e estarem sempre ao meu lado.

A minha mestra e orientadora, Patrícia Brandão, pelo apoio, pela paciência, pela disponibilidade e colaboração na realização deste trabalho, pois foi elemento essencial para o alcance do melhor resultado possível através do compartilhamento de seu conhecimento.

A professora Socorro Coelho, a quem admiro como pessoa guerreira que é, deixo o meu profundo agradecimento por ter me acolhido em seu projeto quando necessitei, por todo incentivo demonstrado e pelo conhecimento compartilhado durante a minha jornada acadêmica.

A cada professor pelos ensinamentos e conhecimentos partilhados que contribuíram para minha formação profissional, pois os professores são peças fundamentais na construção do saber.

As minhas amigas e meu amigo, companheiros de graduação e convivência: Dalma, Geisyanne, Denise, Paula e César a quem compartilhei alegrias, tristezas e muitas brincadeiras. Agradeço a Deus por ter colocado vocês na minha vida, que me ajudaram e aconselharam tantas e tantas vezes.

Aos meus colegas de classe e futuros profissionais de sucesso, pelo companheirismo e pela ajuda nesses anos de graduação, sentirei uma imensa saudade de cada um de vocês e guardarei todos os momentos que passamos juntos, desde greves a comemorações.

Ao Microempreendedor Individual do estudo de caso, que disponibilizou seu tempo e as informações necessárias para a realização da pesquisa.

Em fim a todos que de forma direta e indireta participaram da minha formação acadêmica e me apoiaram para que eu tivesse forças na realização deste sonho.

Muito obrigada a todos!

“Tudo posso naquele que me fortalece.”.

Filipenses 4:13



## RESUMO

Nos últimos anos os pequenos empreendimentos vêm se multiplicando no Brasil, devido à ampliação e o surgimento de leis que trouxeram novas opções de formalização como foi o caso do surgimento do Microempreendedor Individual, despertando assim à preocupação em relação à manutenção desse tipo de empreendimento no mercado. Neste estudo buscou-se entender o uso do fluxo de caixa nos pequenos empreendimentos, para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a Demonstração de Fluxo de Caixa como ferramenta gerencial e em seguida realizado um estudo de caso com um Microempreendedor Individual por meio de entrevista, para assim analisar o grau de conhecimento sobre a demonstração e sua utilização, além de entender como se dá o controle das movimentações de caixa existentes neste empreendimento. Após a realização da entrevista percebeu-se que o empreendedor não possuía conhecimento sobre a Demonstração de Fluxo de Caixa nem os benefícios que esta pode apresentar para o gerenciamento do negócio, percebeu-se também que o empreendedor não possuía o controle total dos valores que entravam e saíam do seu caixa, pois o mesmo só fazia o acompanhamento das entradas referente às vendas o que pode representar um risco para a manutenção do estabelecimento. Apesar disso, o microempreendedor mostrou-se interessado em aprender sobre tal demonstração, já que este não fazia uso de nem um tipo de técnica ou ferramenta para auxílio no gerenciamento.

**Palavras-chave:** Pequenos empreendimentos. Microempreendedor individual. Contabilidade gerencial. Demonstração de fluxo de caixa.

## ABSTRACT

In recent years small ventures have multiplied in Brazil due extending and the onset of laws that have brought new formalization options like was the case with the outbreak in the Individual Microentrepreneur, where From then on I was born the concern over the maintenance of such enterprise in the market. In this study we attempted to understand instrument use of cash flow in small ventures, for it was done a literature search on the Cash Flow Statement as a management tool and then carried out a case study with a Individual Microentrepreneur through interview, to thereby analyze the degree of knowledge regarding the demonstration and use in addition to understanding how the control of existing cash movements this venture. After that the interview was realized that the entrepreneurial did not own knowledge about the Cash Flow Statement and the benefits that this entitled to present for the management of the business, also noted out that if the entrepreneurial does not have total control of the values that come and out of his cash, because it only made the monitoring of entries relating to sale which may pose a risk to the maintenance of the establishment. Nevertheless, the microentrepreneur had shown interest in learning about this demonstration, since this was not using nor a type of technique or tool to assistance in the management.

**Keywords:** Small ventures. Individual microentrepreneur. Managerial accounting. Cash flow demonstration.

## LISTA DE FIGURA E QUADROS

Figura 1 - Transações do caixa .....	33
Quadro 1 - Custo do Microempreendedor Individual com um empregado .....	22
Quadro 2 - Contabilidade gerencial versus contabilidade financeira .....	25
Quadro 3 - Classificação de fontes e aplicações de caixa .....	34
Quadro 4 - Diretrizes de classificação de transações como atividades operacionais, de investimento e de financiamento .....	35
Quadro 5 - Exemplo da demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto...	39
Quadro 6 - Exemplo da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto	41
Quadro 7 - Motivo da não utilização da DFC.....	44
Quadro 8 - Compras ao fornecedor.....	46
Quadro 9 - Principais dificuldades gerenciais.....	49

## LISTA DE SIGLAS

Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DASN-SIMEI	Declaração Anual do Simples Nacional do MEI
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
FASB	Financial Accounting Standards Board
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto sobre Serviços
MEI	Micro Empreendedor Individual
PME	Micro e Pequenas Empresas
RAIS	Relação Anual de Empregados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1	Problema.....	14
1.2	Objetivos.....	15
1.2.1	Geral.....	15
1.2.2	Específicos .....	15
1.3	Hipóteses.....	15
1.4	Justificativa .....	15
1.5	Delimitação.....	17
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>20</b>
3.1	Pequenas empresas e o Microempreendedor Individual (MEI) .....	20
3.2	Contabilidade gerencial na tomada de decisão e a informação contábil	24
3.3	Demonstrações Contábeis.....	27
3.4	Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	29
3.4.1	Classificação das Movimentações de Caixa por Atividade.....	34
3.4.1.1	Atividades Operacionais.....	36
3.4.1.2	Atividades de Investimento.....	36
3.4.1.3	Atividades de Financiamento .....	37
3.4.2	Métodos de Elaboração e Estrutura .....	37
3.4.2.1	Método Direto.....	38
3.4.2.2	Método Indireto .....	40
3.4.2.3	Método Direto versus Método Indireto.....	43
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DA ENTREVISTA .....</b>	<b>44</b>
4.1	Entrevista realizada com o Microempreendedor Individual.....	44

4.1.1	Perfil do Microempreendedor Individual .....	44
4.1.2	Grau de conhecimento do MEI sobre a DFC .....	44
4.1.3	Controle da empresa sobre as movimentações de caixa .....	45
<b>4.2</b>	<b>Sugestões para o gerenciamento do MEI através da DFC .....</b>	<b>47</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
	<b>ANEXO .....</b>	<b>54</b>
	<b>ENTREVISTA.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os pequenos empreendimentos vêm se multiplicando no Brasil no decorrer dos últimos anos, em principal o Micro Empreendedor Individual (MEI). De acordo com pesquisas realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2013a, p.18) "o Nordeste responde por 20,4% dos MEI e 17,4% das MPE.", ou seja, a participação dos MEI tem sido maior do que das Micro e Pequenas Empresas (MPE), sendo assim o MEI merece uma atenção diferenciada para que este possa se manter no mercado competitivo.

As informações contábeis exercem um papel diferencial nos negócios de modo geral e para o MEI isso não é diferente, pois este não é obrigado a possuir uma contabilidade, no entanto as informações advindas da contabilidade podem auxiliar na gestão de um negócio, devido está representar a real situação da empresa. Deste modo, a contabilidade gerencial é uma rica fonte de informação para o auxílio na tomada de decisão.

Pois, a contabilidade tem a função coletar os dados e as informações a ela pertinentes, a fim de transforma-las em relatórios que sejam capazes de gerar informações úteis na tomada de decisão e na gestão de um empreendimento. Onde a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é um tipo de relatório que pode ser utilizado para fim gerencial, dentre as demais demonstrações existentes.

Sendo assim, DFC trata-se de um demonstrativo que evidência as movimentações de caixa de uma entidade, na qual é subdividida em três atividades que são: operacionais, investimentos e financiamentos. Toda e qualquer empresa independentemente do seu porte possuirá suas movimentações de caixa, ou seja, suas entradas e saídas.

A partir do controle das movimentações de caixa de um empreendimento se pode elaborar uma DFC, pois através deste demonstrativo podem ser encontradas informações sobre a capacidade de caixa da entidade, sobre sua capacidade de pagamento, sua necessidade de obtenção de empréstimos, dentre muitas outras informações.

Portanto, este trabalho buscou estudar o uso do fluxo de caixa nos pequenos empreendimentos, por meio de um estudo de caso realizado em um

Microempreendedor Individual a fim de saber o grau de entendimento sobre esta demonstração além de entender como é realizado o controle das movimentações de caixa deste empreendimento.

Tendo como objetivo principal analisar quais os benefícios que a Demonstração do Fluxo de caixa e os conceitos extraídos desta podem trazer para os pequenos empreendimentos, por meio do estudo do controle das movimentações de caixa de um Microempreendedor Individual.

Onde esta pesquisa foi realizada por meio de duas bases, a teórica e a prática, onde a primeira foi através de estudos bibliográficos e segunda pelo uso de um estudo de caso com um MEI, feito por meio de entrevista estruturada em três partes, sendo a primeira sobre o perfil do Microempreendedor Individual estudado, a segunda trata da aplicabilidade e do grau de conhecimento do MEI no que diz respeito a DFC e por fim a terceira parte é sobre controle que o MEI possui no que diz respeito as suas movimentações de caixa.

## **1.1 Problema**

Através de pesquisas realizadas pelo SEBRAE (2013b), têm-se percebido que o número de pequenos empreendimentos no Brasil vem crescendo nos últimos anos e a tendência é que cresça ainda mais, a questão é que não basta só o surgimento e a formalização desse tipo de empreendimento é necessário também que estes permaneçam no mercado, conforme previsto no princípio contábil da continuidade.

Deste modo, a DFC mostra-se uma ferramenta capaz de auxiliar no gerenciamento das empresas de modo geral, podendo também ser utilizada nos pequenos empreendimentos, pois por menor que seja a entidade esta provavelmente possuirá um controle de caixa referente suas entradas e saídas de recursos financeiros que servirá de base para a elaboração da DFC.

Sendo assim, a problemática que norteia a pesquisa é: *Como a Demonstração de Fluxo de caixa pode auxiliar no gerenciamento de um Microempreendedor Individual (MEI)?*



## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Geral**

Analisar como a Demonstração do Fluxo de caixa e os conceitos extraídos desta podem trazer benefícios para o MEI, através do estudo do controle das movimentações de caixa de um Microempreendedor Individual.

### **1.2.2 Específicos**

- Realizar um levantamento bibliográfico referente ao tema: a DFC;
- Estudar os benefícios e a importância do uso da DFC em pequenos negócios;
- Observar o grau de conhecimento do MEI em relação a DFC;
- Analisar o controle de caixa existente no MEI em questão;
- Demonstrar as vantagens de um controle de caixa efetivo e apresentar as utilidades da DFC para esse tipo de empreendimento.

## **1.3 Hipóteses**

- I. A Demonstração de Fluxo de Caixa mostra-se uma ferramenta de grande importância para o auxílio do gerenciamento em pequenos negócios.
- II. A Demonstração de Fluxo de Caixa mostra-se uma ferramenta de pouca importância para o auxílio do gerenciamento em pequenos negócios.

## **1.4 Justificativa**

Os pequenos empreendimentos vêm crescendo cada vez mais no Brasil no decorrer dos anos, sendo assim uma fonte de emprego e renda na economia. Segundo o SEBRAE (2013c, p.7):

No Brasil, nos últimos anos, temos visto um forte aumento na criação de novas empresas e de optantes pelo Simples Nacional, regime fiscal diferenciado e favorável aos Pequenos Negócios. Em dezembro de 2012, havia 7,1 milhões de empresas registradas nesse regime. Este número ficou 26% acima do verificado em dezembro do ano anterior. Em 2011, a expansão já havia sido de quase 30%.

O crescimento numérico das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se devido à ampliação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que possibilitou melhores condições de formalização com o intuito de gerar emprego, renda, redução da informalidade, além de contribuírem para a economia do país. Em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2013a, p.9):

Em 2012, o número de MEI já era superior ao de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional em três Estados; em 2013, já são 12 Estados com mais MEI que micro e pequenos negócios. Esse avanço evidencia que o microempreendedor tem consciência dos benefícios que a formalização traz para o seu negócio.

Diante deste panorama de crescimento das empresas optantes pelo Simples Nacional e do MEI, observa-se uma significativa expansão dos pequenos empreendimentos no Brasil. As atividades frequentemente escolhidas pelo MEI em primeiro lugar para o sexo feminino e em segundo lugar para o sexo masculino é o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios conforme dados colhidos pelo SEBRAE (2013a).

Contudo, existe uma preocupação sobre a manutenção e estabilidade destes empreendimentos no mercado, pois muitos deles não conseguem permanecer nele por muito tempo, isso em partes devido ao desconhecimento de seus donos sobre a forma de gerir esses empreendimentos como também devido à falta de uso de métodos e técnicas para o auxílio no gerenciamento da entidade e do seu controle financeiro.

No caso do MEI por se tratar de um negócio no qual só é possível ter um dono e no máximo um funcionário, acaba que o empreendedor na maioria das vezes

se preocupa mais com questões como: atendimento ao cliente, venda do produto ou serviço e acaba deixando em segundo plano a organização e o controle financeiro dos recursos referentes à empresa.

Desse modo, esta pesquisa justifica-se devido à necessidade de se conhecer a importância de tal demonstrativo como ferramenta que auxilia no gerenciamento de pequenos negócios, pois está possibilita uma visão de como a empresa se encontra atualmente, como também sua situação no futuro no que se refere aos seus recursos financeiros.

Logo, este estudo torna-se original, pois pouco se utiliza e se fala de formas de gerenciamento em empreendimentos de pequeno porte, sendo assim esta pesquisa é uma forma de demonstrar como a DFC pode ser uma grande fonte de informação para o auxílio do gerenciamento deste tipo de negócio.

## **1.5 Delimitação**

A pesquisa delimitou-se em estudar os benefícios que a Demonstração de Fluxo de Caixa pode proporcionar aos pequenos empreendimentos. Através da realização de um estudo de caso em MEI devidamente formalizado como Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, sendo o negócio localizado na cidade de Palmeira dos Índios.

Onde foram abordados os aspectos e as utilidades gerenciais que a DFC possui para esse tipo de empreendimento, pois se trata de uma ferramenta capaz de gerar informações para a tomada decisão por ser de fácil entendimento.

## 2 METODOLOGIA

Os diferentes métodos que são utilizados na condução de uma pesquisa com o intuito de alcançar os resultados almejados são denominados de metodologia. Sendo assim, quanto aos objetivos nesse estudo foi utilizada a pesquisa exploratória, pois o intuito da pesquisa exploratória segundo Gil *apud* Beuren (2010, p. 80) é “[...] proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”.

Sendo assim, o estudo teve a intenção de proporcionar uma visão geral sobre a Demonstração de Fluxo de caixa em pequenos empreendimentos, pois este assunto é pouco abordado e menos ainda colocado em prática nesse tipo de empreendimento. Deste modo, foram abordadas maiores informações sobre esta ferramenta de gerenciamento que a DFC é para as pequenas empresas.

Além da pesquisa exploratória o estudo também abordou a pesquisa descritiva que segundo Silva (2010, p.59) “Tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis”. A descrição realizada nesta pesquisa foi sobre como se dava o registro e o controle das movimentações de caixa de um MEI.

Quanto aos procedimentos foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, revistas, periódicos, artigos científicos dentre outras fontes, para conceituar a Demonstração de Fluxo de Caixa como também para o auxílio na elaboração da revisão de literatura do presente trabalho.

Segundo Silva (2010, p.54) “A bibliografia constitui um ramo auxiliar da ciência, pois permite encontrar as fontes, os livros e os materiais científicos pertinentes para a concretização do trabalho científico”. Visto que a pesquisa bibliográfica possibilitou um vasto conhecimento e aprofundamento no assunto estudado, esta foi utilizada como fonte base para a realização da pesquisa.

Após a pesquisa bibliográfica, foi realizado um estudo de caso com um Microempreendedor Individual, procedimento este que possibilitou entender como se dá as movimentações financeiras da empresa e o uso destas informações relativas ao caixa para o gerenciamento do empreendimento.

O instrumento de pesquisa utilizado foi uma entrevista estruturada em três partes:

- Parte I – Perfil do Microempreendedor Individual;
- Parte II – Demonstração de Fluxo de Caixa – Aplicabilidade e grau de conhecimento;
- Parte III – Controle da empresa sobre as suas movimentações de caixa.

Pois através desta, pôde-se obter o entendimento de como funciona a rotina da empresa em relação as suas movimentações de caixa, saber o grau de conhecimento sobre a DFC e a sua importância para tomada de decisão gerencial e financeira do empreendimento.

Quanto à abordagem do problema, foi realizado através de pesquisa qualitativa que permitiu uma análise com mais profunda sobre o tema abordado, pois Richardson *apud* Beuren (2010, p.91) afirmam que “[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 Pequenos empreendimentos e o Microempreendedor Individual (MEI)

Os pequenos empreendimentos estão surgindo e crescendo em larga escala no Brasil, devido isso estão exercendo cada vez mais um importante papel na economia do país, pois geram emprego e renda contribuindo para o crescimento do Brasil. Segundo o SEBRAE (2013c, p.7):

O crescimento do número de novas empresas, se associado à melhora na competitividade, tende a gerar impactos expressivos na economia brasileira, seja em termos de maior oferta de empregos, melhores salários, ampliação da massa salarial e da arrecadação de impostos, a melhor distribuição de renda e o aumento do bem-estar social.

Deste modo, percebe-se que os pequenos empreendimentos por estarem em contaste crescimento no Brasil podem gerar impactos positivos economicamente. Pesquisa realizada pelo SEBRAE (2012, p.29) mostra que: “Entre 2000 e 2001, as micro e pequenas empresas criaram 7,0 milhões de empregos com carteira assinada, elevando o total de empregos nessas empresas de 8,6 milhões de postos de trabalho em 2000 para 15,6 milhões em 2011”.

Parte desse crescimento deve-se a criação de leis como: a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas de 2006 e o surgimento em 2009 do Microempreendedor individual (MEI), que proporcionou novas oportunidades de formalização para os pequenos empreendimentos.

A criação do MEI se deu por meio de Lei Complementar 128/08, que foi inserida na Lei Complementar 123/06 que trata da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, assim trouxe para os empreendedores uma nova opção de formalização para os que trabalham por conta própria.

O MEI conforme a Lei Complementar de nº 128 de dezembro de 2008, poderá optar em recolher os impostos e contribuições que abrangem o Simples Nacional, por meio de valores mensais fixos que não irão incidir sobre sua receita bruta auferida no mês, mas que este não poderá ultrapassar os R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no seu ano-calendário anterior.

O Portal do Empreendedor traz a seguinte definição do MEI: “Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário”. Logo, um pequeno empresário que esteja devidamente legalizado como MEI apresenta algumas vantagens como: obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), facilidade de possuir conta bancária jurídica, facilidade para obtenção de empréstimos, possibilidade de emitir notas fiscais que permite o empreendedor vender para grandes empresas e para o governo, dentre outras vantagens.

O MEI será responsável por contribuir para o seu Comitê Gestor conforme a Lei Complementar nº 128, de 19 dezembro de 2008, R\$ 45,65 de contribuição previdenciária, R\$ 1,00 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e R\$ 5,00 de Imposto sobre serviços (ISS) se caso for trabalhar com prestação de serviços.

Devido esta contribuição mensal a previdência social o empresário ficará coberto á benefícios como: aposentadoria por idade e invalidez, auxílio doença, salário maternidade, dentro outros. Esses e outros benefícios previdenciários estarão garantidos para o empreendedor a partir do primeiro pagamento da contribuição sem atraso no caso de auxílio reclusão e pensão por morte e os demais benéficos possuem um período de carência entre 10 contribuições mensais há 180 meses de contribuição a depender do tipo de cobertura previdenciária.

A formalização do MEI é realizada através do Portal do Empreendedor na pagina de acesso [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), na qual o empreendedor é isento do pagamento de taxa de registro, além de ter direito a uma assessoria gratuita com um contabilista para a realização do registro da empresa. Quem optar por esse tipo de formalização não poderá participar de outra empresa como titular ou administrador, não poderá possuir sócio nem filial, mas tem direito de contratar um funcionário que receba um salário mínimo ou o piso da categoria.

Para a contratação do empregado no MEI é necessário:

- Assinatura da carteira trabalho do funcionário;
- Pagar salário, 13º, férias, 1/3 férias, vale transporte e salário família;

- Mensalmente recolher o INSS, que será de 11% sobre o valor do salário pago, da alíquota total 8% é de desconto do funcionário e 3% de responsabilidade do empreendedor;
- Mensalmente recolher o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), sendo 8% sobre o salário pago;
- Além de cumprir com obrigações: de apresentar a guia de recolhimento do FGTS, informar por meio de formulário a admissão e demissão do funcionário através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e apresentar a Relação Anual de Empregados (RAIS) para o Ministério do Trabalho e Emprego.

O quadro a baixo mostra a despesa total do MEI com funcionário que receba um salário mínimo no ano de 2015.

**Quadro 1** – Custo do Microempreendedor Individual com um empregado

Salário mínimo	<b>R\$ 788,00</b>
Previdência Patronal (3%)	<b>R\$ 23,64</b>
FGTS (8%)	<b>R\$ 63,04</b>
<b>Total mensal</b>	<b>R\$ 874,68</b>

**Fonte:** Adaptado do SEBRAE, 2013d, p.9.

Já em relação à contabilidade esse tipo de empreendimento é dispensado de escriturar suas informações e de possuir uma contabilidade formal para fins fiscais. No entanto, a contabilidade gerencial pode ser utilizada para auxiliar na gestão do empreendimento fazendo com que este progrida e torne-se mais competitivo no mercado. Caso o MEI possua um empregado é recomendado que este busque assessoria de um profissional contábil para ajudá-lo no cumprimento de suas obrigações.

De acordo com SEBRAE (2013d, p7) “A rigor, depois da inscrição como MEI e dos recolhimentos mensais, a declaração anual simplificada é a única obrigação. Essa declaração deverá ser feita também pela internet até o último dia do mês de MAIO de cada ano”. Desse modo, o microempreendedor que não tenha funcionário



só terá a obrigação de realizar a Declaração Anual do Simples Nacional do MEI (DASN-SIMEI), na qual conterà o valor relativo às suas vendas.

Para o melhor controle financeiro sobre as compras e as vendas, sobre os valores que entraram e saíram do MEI, é recomendado que este registrasse mensalmente um formulário simplificado disponível no site do microempreendedor, contendo o total das receitas de cada mês. As receitas devem ser separadas em: com emissão de nota fiscal e sem emissão de nota fiscal. Assim, o MEI em posse do formulário simplificado e das notas fiscais de compra de seus produtos ou serviços, terá a garantia e a prova em relação à procedência legal de seus produtos/serviços.

Conforme pesquisas realizadas pelo SEBRAE (2013a) o número de Microempreendedores Individuais em agosto de 2013 eram de 42.589 estabelecimentos formalizados, representando cerca de 1,3% do total destes no Brasil. Onde entre o ano de 2012 e 2013 houve um aumento de 28,7% desses estabelecimentos em Alagoas e 35% no Brasil.

Contudo, o número de MEI tende a crescer no decorrer dos anos, por isso é necessário fazer uso de técnicas de gerenciamento para que estes novos empreendimentos possam perdurar no mercado competitivo.

Os fatores que influenciam na mortalidade dos pequenos empreendimentos segundo Caixeta (2012, p. 15) são:

- Falhas gerenciais: a ausência de administradores capacitados prejudica a qualidade da gestão das empresas;
- Problemas financeiros: em geral, o caixa das MPE's é limitado, o que requer um gerenciamento mais eficiente com o uso de ferramentas de auxílio na tomada de decisão, além da falta de capital de giro;
- Alta competitividade: as empresas precisam sempre inovar para se tornarem mais competitivas e ter diferencial no mercado para conseguirem concorrer.

Assim observa-se, que dentre vários fatores que influenciam a mortalidade dos pequenos estabelecimentos estão às falhas gerenciais que se dá devido à ausência de administradores capacitados de gerir a entidade, seja por que não sabem ou não fazem uso de técnicas para o auxílio do gerenciamento. Devido os pequenos empreendimentos possuir poucos recursos para investir na empresa, os

recursos existentes devem ser bem empregados por seus gestores para assim poder manter a concorrência perante as demais empresas do mesmo porte.

### **3.2 Contabilidade gerencial na tomada de decisão e a informação contábil**

A contabilidade é uma ciência que registra, mensura e avalia o patrimônio de uma entidade, sendo capaz de produzir informações que auxiliem os gestores na tomada de decisão por meio da emissão de relatórios e/ou comunicados.

Neste sentido Marion (2009, p.28) afirma que: “A contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”. Deste modo, a contabilidade consiste em uma ciência útil na produção de informações em principal relacionadas à gestão e não somente ligadas ao fisco.

No entanto, os pequenos empresários na maioria das vezes não possuem um apoio contábil para auxiliar na administração e na gestão da empresa, pois os contadores em sua maioria não fornecerem para os pequenos empreendimentos informações úteis ligadas ao gerenciamento. Isso ocorre em partes devido os empreendedores não possuírem uma visão que a contabilidade pode ser sim um instrumento de apoio no gerenciamento.

Contudo, o mercado nos dias atuais está cada vez mais competitivo, assim para manter um empreendimento no mercado têm-se à necessidade das empresas buscarem aprimorar seus negócios para torná-los competitivos. Para auxiliar os administradores a suprir tais necessidades existe a contabilidade gerencial que é uma ramificação da contabilidade tradicional.

Pois, constantemente se faz necessário tomar decisões dentro de uma empresa, seja para comprar um imobilizado novo, adquirir um determinado empréstimo, dentre outros motivos. No entanto, para tomar uma boa decisão e gerar resultados positivos, os elementos que possuem informações da entidade devem ser analisados, dados que em sua maioria são encontrados mediante informações emitidas pela contabilidade.

A contabilidade trata-se de uma rica fonte de informações úteis para a gestão e para a tomada de decisão dentro da entidade. As informações advindas da contabilidade podem ser divididas em: gerenciais e financeiras.

A contabilidade gerencial se diferencia da contabilidade financeira em vários aspectos, como demonstra o Quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 – Contabilidade gerencial versus contabilidade financeira**

<b>Contabilidade Gerencial</b>	<b>Contabilidade Financeira</b>
Direcionada aos usuários internos	Mais direcionada aos usuários externos
Não necessita seguir os princípios contábeis	Tem que seguir os princípios contábeis
Informações mais detalhadas e de fácil entendimento	Informações mais restritas e de difícil entendimento
Informações com ênfase no futuro	Informações com ênfase no passado
Mais informações não monetárias	Mais informações monetárias
Informações para a gestão	Informações para o fisco
Relatórios realizados de acordo com a necessidade da entidade	Demonstrações realizadas anualmente

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2015.

Logo, a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira possuem características distintas entre si, pois a primeira é elaborada para produzir informações úteis para a gestão e a segunda para produzir informações que atendam a legislação existente.

Para Warren, Reeve e Fess (2008, p.2):

As informações da contabilidade gerencial incluem dados históricos e estimados, usados pela administração na condução de operações diárias no planejamento de operações futuras e no desenvolvimento de estratégias integradas de negócios.

Sendo assim, a contabilidade gerencial analisa tanto dados ligados ao passado como ao futuro da entidade, para delinear as informações de acordo com o interesse da empresa e de seus administradores.

Segundo Jiambalvo (2009, p.3) “O objetivo da contabilidade gerencial é fornecer-lhes as informações necessárias para o planejamento, o controle e a tomada de decisão.” Assim a contabilidade gerencial tem como foco principal fornecer informações de grande importância para a gestão de um negócio e para a sua tomada de decisão.

De acordo com Fraga e Romão (2013, p.79):

[...] é fundamental o uso da contabilidade gerencial para que os gestores administrem seus empreendimentos de forma segura. É vital para a sobrevivência da empresa, nesse mundo altamente competitivo, que os empreendedores estejam assessorados e recebam informações rápidas e confiáveis para obter o resultado esperado.

Logo, a contabilidade gerencial possui um papel de fundamental importância dentro de uma empresa, pois através dela os administradores recebem informações seguras que auxiliam na obtenção de resultados positivos.

Os administradores de pequenos empreendimentos podem fazer uso de informações contábeis para realizar o acompanhamento do negócio, a fim de elaborar uma estratégia que lhe permita ser competitivo de acordo com suas metas e objetivos, além de ter a possibilidade de analisar no final do exercício se suas estratégias obtiveram o desempenho almejado.

Conforme Garrison, Noreen e Brewer (2011, p. 608) “Os administradores se preocupam com o caixa por um motivo muito importante – sem caixa suficiente nos momentos apropriados, uma empresa pode desperdiçar oportunidades de ouro ou pode até ir à falência”. Assim a contabilidade gerencial mostra-se uma ferramenta capaz de gerar informações que ofereçam suporte a empresa para a sua melhor gestão, aproveitando as oportunidades existentes.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1995) no item 1.1.2: “As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar, aos seus usuários, base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece”.

Desta forma a informação contábil utilizada para a gestão deve está relacionada à situação em que a empresa se encontra em relação ao seu funcionamento para que os seus usuários assim como os gestores possam tomar decisões por meio delas, pois independente do porte da empresa tais informações oferecem maior segurança para a tomada de decisão.

Segundo Fraga e Romão (2013, p.80):

[...] informações contábeis sendo obtidas em tempo hábil e oportuno, permite-se impactar decisões gerenciais para que os administradores possam formular estratégias, avaliar os resultados e obter opções para a melhor execução dos negócios, garantindo assim o sucesso contínuo e sustentável desses empreendedores.

Portanto, para alcançar uma decisão gerencial de qualidade é importante que as informações contábeis sejam obtidas em tempo hábil e oportuno, permitindo que o gestor estude e avalie as melhores estratégias.

Embora a informação contábil seja de tamanha importância para o gerenciamento de uma empresa, normalmente os pequenos empreendimentos só fazem uso da contabilidade meramente fiscal o que ocasiona escassez de informações contábeis úteis para a tomada de decisão, isso devido à contabilidade sofrer grande interferência por parte do fisco e da complexidade fiscal existente.

### **3.3 Demonstrações Contábeis**

A contabilidade é responsável pelo registro dos atos e fatos de uma entidade, que serão transformados em informações capazes de auxiliar na tomada de decisão tanto dentro como fora da empresa.

Segundo Marion (2012, p.41):

Relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Objetiva relatar às pessoas que se utilizam da contabilidade (usuários da contabilidade) os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período.

Sendo assim, as informações e os dados coletados pela contabilidade possibilitam a produção de relatórios contábeis, onde os mais importantes e utilizados são as demonstrações contábeis também denominadas de demonstrações financeiras. Conforme Marion (2006) tais relatórios serão elaborados de acordo com a necessidade dos seus usuários, atendendo assim os pormenores existentes em determinadas empresas de acordo com seu volume de negócios.

Para a produção dos relatórios contábeis é necessário que ocorra a escrituração dos atos e fatos da empresa, onde nesta estarão presente às movimentações patrimoniais, econômicas e financeiras da entidade. Pois a partir da escrituração é possível o levantamento dos registros e conseqüentemente a elaboração das demonstrações contábeis.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em seu pronunciamento técnico PME, contabilidade para pequenas e médias empresas (2009, p.3):

O objetivo das demonstrações contábeis é oferecer informações sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado) e fluxos de caixa da entidade, que seja útil aos usuários para a tomada de decisões econômicas.

Assim, as demonstrações apresentam o papel de fornecer o máximo de informações que relatem como a empresa se encontra financeiramente, demonstrando seu desempenho, como também suas entradas e saídas de recursos. Pois, as demonstrações financeiras são a reprodução da situação financeira e do desempenho de uma empresa.

As demonstrações contábeis existentes elaboradas pela contabilidade são as seguintes: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos.

A elaboração das demonstrações contábeis será realizada no fim de cada exercício social com duração de 12 meses, sendo obrigatória a elaboração de acordo com o porte de cada empresa. Para fins gerenciais podem ser realizadas

mensalmente, semestralmente ou de acordo com a necessidade da entidade para um melhor acompanhamento. Já a sua divulgação somente é obrigatória em casos de Sociedades por Ações, sejam elas de capital aberto ou fechado.

Existem atributos que fazem com que as informações advindas das demonstrações contábeis se tornem úteis na tomada de decisão, esses atributos são as características qualitativas, onde as principais são: a compreensibilidade, a confiabilidade, a relevância e a comparabilidade.

Uma demonstração contábil compreensível é aquela que pode ser facilmente entendida por seus usuários, isso não quer dizer que informações que não sejam de tão fácil compreensão não possam estar presentes na demonstração. Já uma informação confiável é aquela que demonstra com fidedignidade e neutralidade os acontecimentos, assim a demonstração financeira confiável é aquela que representa com fidelidade a real situação da entidade.

No entanto, a relevância está na natureza e na materialidade da informação presente na demonstração, pois para auxiliar na gestão a informação precisa ser relevante. E por fim a comparabilidade está relacionada à capacidade da demonstração ser comparada por seus usuários, com diferentes entidades nos diversos períodos de tempo para saber como se encontra a empresa no mercado no que se refere a sua situação financeira, seu desempenho dentre outras características, a fim de gerar informações para a tomada de decisão.

### **3.4 Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)**

O caixa de uma empresa representa as movimentações financeiras que realmente aconteceram na entidade, pois nele irá conter as entradas e saídas de seus recursos. De acordo com Marion (2012, p.453):

De forma condensada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou e no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro.

Então, a DFC é uma ferramenta que contém diversas informações que poderão auxiliar o gestor em sua tomada de decisão, por se tratar de uma demonstração dinâmica relata os acontecimentos de um determinado período de tempo.

Pois, os usuários externos da contabilidade como os fornecedores, o banco, o governo, dentre outros necessitam saber como a empresa gera e utiliza seus valores provenientes do caixa. Para assim, ter ciência se a empresa é capaz de arcar com suas dívidas e gerar lucro sobre seus investimentos. Como também, os usuários internos se interessam em saber se esta é capaz de pagar salários, distribuir dividendos, não ir à falência, dentre outras coisas através das informações extraídas do fluxo de caixa da entidade.

A DFC tornou-se obrigatória para as Sociedades Anônimas de capital aberto e fechado, devido às alterações realizadas pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, mas conforme o artigo 176, § 6º desta lei que dispõe sobre as Sociedades por Ações: “A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa”. Dessa forma nem todas as empresas são obrigadas a elaborar a DFC, como é o caso das Micro e Pequenas Empresas e do Microempreendedor Individual.

Assim, a DFC evidencia a capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa de uma determinada entidade e a sua capacidade de liquidez. Segundo Ludícibus (2010, p. 567):

O objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.

Deste modo, tal demonstração auxilia aos seus usuários a compreender a situação em que a empresa se encontra economicamente, pois possibilita observar sua capacidade de gerar caixa e equivalentes de caixa bem como a certeza e a segurança da geração destes valores. Os principais objetivos dessa demonstração são:



- Analisar as alternativas de investimentos futuros;
- Analisar e controlar as decisões tomadas pela entidade, na qual envolvem recursos financeiros;
- Avaliar a situação financeira presente e futura da empresa através do caixa, para que esta não chegue à falência; e
- Assegurar que os excedentes positivos de caixa, ou seja, suas sobras de recursos possam ser bem aplicadas.

Sendo assim o pronunciamento técnico CPC 03 (2010, p.3) traz a seguinte definição: “Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa”. Logo, o fluxo de caixa será constituído por todos os valores monetários que entraram e saíram por meio do caixa e/ou dos seus equivalentes de caixa.

Equivalentes de caixa são todos investimentos que a empresa possui no curto prazo, ou seja, no período inferior a três meses de sua aquisição, sendo investimentos que possuem um risco insignificante no valor de conversão além de possuírem alta liquidez, pois são facilmente convertidos em caixa. Tais investimentos de modo geral, são registrados como aplicações financeiras no ativo circulante e são realizados com recursos que estão temporariamente ociosos, fazendo com que tal recurso não fique parado, mas sim gere retornos à entidade nesse curto período de tempo. São exemplos de equivalentes de caixa: os títulos públicos de alta liquidez a caderneta de poupança, dentre outros.

A DFC em conjunto com outras demonstrações podem trazer diversas informações para os usuários internos e externos da contabilidade, segundo Ludícibus (2010, p.567) tais informações são sobre:

1. a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos positivos de caixa;
2. a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
3. a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa;
4. a taxa de conversão de lucro em caixa;
5. a performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
6. o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
7. os efeitos, sobre a posição financeira e de financiamento etc.

Desse modo, a DFC mostra-se capaz de gerar uma gama de informações úteis sobre a entidade e quando analisadas com as demais demonstrações, permitem avaliar a capacidade futura de gerar resultados e pagar dívidas como também à necessidade de financiamentos futuros. Para manter as finanças da empresa em ordem é importante conservar um fluxo de caixa positivo, onde as entradas sejam tão rápidas quanto às saídas de recursos.

Essa demonstração por se tratar de um instrumento de auxílio no planejamento e no controle dos recursos financeiros da entidade é de grande importância ser utilizada nas decisões financeiras a serem tomadas pela empresa.

Silva e Neiva (2010, p.28) afirmam que: “Por outro lado é importante ressaltar que o fluxo de caixa também apresenta suas imitações. Uma delas é a incapacidade de fornecer informações precisas sobre o lucro e sobre os custos dos produtos da empresa”. Essa incapacidade dar-se devido a DFC ser a única demonstração que é elaborada por meio do regime de caixa, pois as demais são apresentadas por meio do regime de competência.

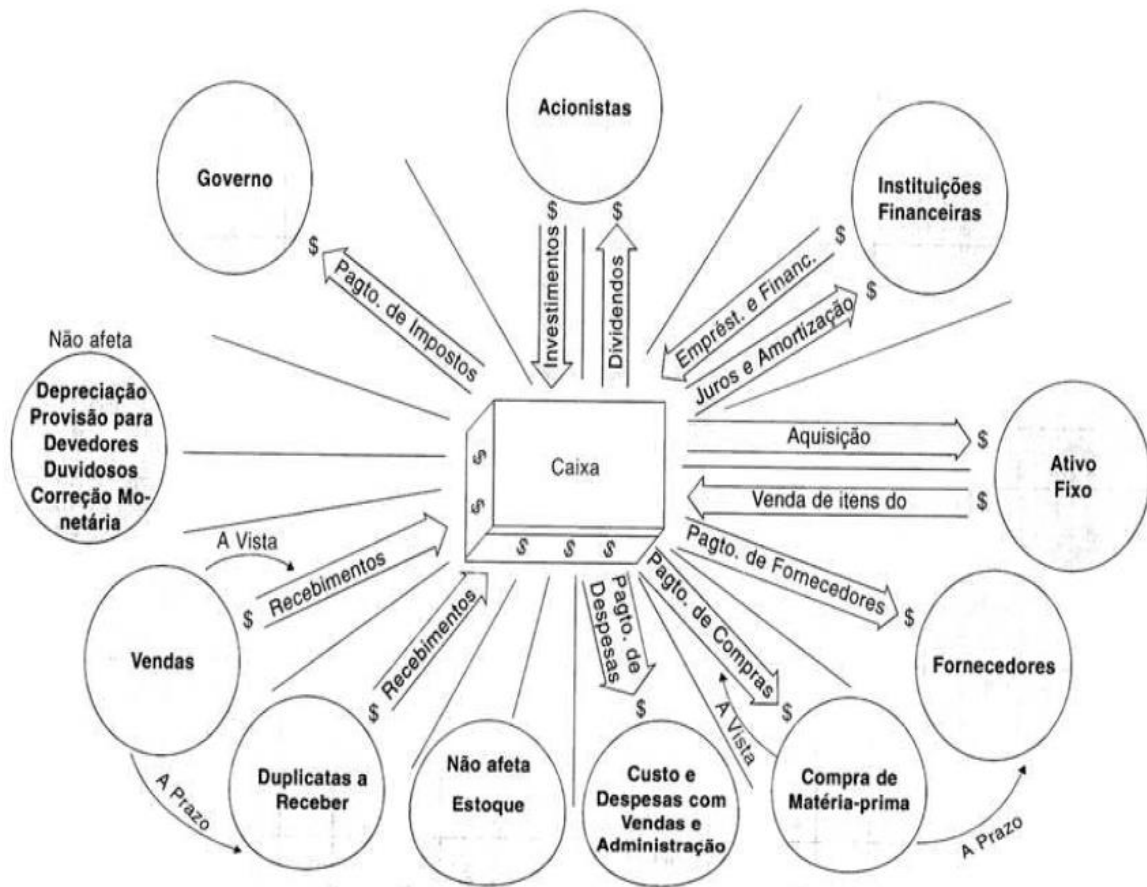
No regime de competência as receitas e as despesas de uma entidade são reconhecidas no momento de sua ocorrência, independentemente se houve ou não o pagamento ou recebimento efetivo de caixa, mas pelo simples fato de pertencerem aquele período os valores devem ser registrados. Já no regime de caixa o registro acontece quando ocorrer um desembolso ou uma entrada efetiva de caixa.

Por meio dessa demonstração, pode-se saber também de onde veio o caixa adquirido e quais os valores utilizados no período, como também a variação do que ocorreu na conta caixa e em seus equivalentes de caixa. Segundo Caixeta (2012, p.13):

O fluxo de caixa é uma ferramenta fundamental, pois envolve todos os setores da empresa com o objetivo de maximizar a produtividade, as receitas, e ainda controlar os prazos de pagamentos, planejando compras e demais negociações entre outros benefícios.

Então o fluxo de caixa não só demonstra como a empresa realizou suas entradas e saídas de recursos, como também auxilia na organização das finanças da entidade para o futuro, na maximização das vendas e conseqüentemente de suas receitas, além de permitir o planejamento e o controle de recursos futuros.

**Figura 1-** Transações do caixa



**Fonte:** Marion, 2012, p. 457.

A figura 1 acima demonstra as transações que afetam o caixa de uma empresa, por meio das entradas e saídas de recursos. Entradas como no caso de recebimento de clientes, recebimento de vendas à vista e outras, já as saídas como aquisições de ativos fixos, pagamento de juros e amortizações a instituições financeiras, pagamentos de impostos, pagamento de dividendos, dentre outras.

Além das transações que afetam o caixa existem as que não representam desembolso efetivo de caixa que são as despesas não desembolsáveis, como no caso da depreciação, amortização, provisão para devedores duvidosos e outras. Tais transações são comumente realizadas para que ocorra a manutenção das atividades empresa.

De forma simplificada a DFC possui suas origens e suas aplicações de caixa, que são classificadas da seguinte forma:

**Quadro 3 – Classificação de fontes e aplicações de caixa**

	Fontes	Aplicações
Lucro líquido	Sempre	-
Prejuízo líquido	-	Sempre
Variações de ativos não monetários	Reduções	Aumentos
Variações de passivos*	Aumentos	Reduções
Variações de capital social	Aumentos	Reduções
Dividendos pagos a acionistas	-	Sempre
Fluxo líquido de caixa	Total das fontes	– Total das aplicações
* As contas redutoras de ativos, tais como Depreciação Acumulada e Amortização, seguem as regras adotadas para contas de passivo.		

**Fonte:** Garrison, Noreen e Brewer, 2011, p. 610.

Para a elaboração da DFC simplificada, basta somar todas as fontes e subtrair de todas as aplicações como demonstra o quadro 3, para isso é necessário conhecer o lucro ou prejuízo obtido no período analisado, assim como as variações ocorridas nas contas patrimoniais e os dividendos pagos a seus acionistas. Esse modelo de DFC simples é de fácil elaboração, sendo bem menos complicado que o modelo completo, só que não é permitida para fins fiscais, pois os lançamentos são elaborados em ordem diferente da DFC completa.

#### 3.4.1 Classificação das Movimentações de Caixa por Atividade

A classificação das movimentações de caixa é dada de acordo com a sua atividade, que segundo a Lei nº 11.638, de dezembro de 2007 no Art. 188:

As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

Deste modo, os fluxos de caixa que são normalmente utilizados são os das atividades descritas pela lei acima, por meio deles pode-se avaliar qual o impacto que cada atividade exerceu sobre a situação financeira da empresa, como também sobre seu caixa.

Segundo Warren, Reeve e Fess (2008, p.468) “O fluxo de caixa líquido resultante da soma de cada saldo de caixa dessas atividades representa o aumento ou a diminuição do caixa no período”. Assim, percebe-se que o saldo líquido resultante da soma dos fluxos de caixa das atividades demonstra a variação de caixa do período, seja essa positiva ou negativa. Esse resultado deverá ser acrescido ao saldo atual de caixa para chegar-se ao saldo final do período, que será demonstrado no balanço patrimonial como saldo atual do exercício.

**Quadro 4** – Diretrizes de classificação de transações como atividades operacionais, de investimento e de financiamento

**Atividades operacionais:**

- Lucro líquido
- Variações de ativos circulantes
- Variações de ativos não circulantes que afetam o lucro líquido (por exemplo, depreciação)
- Variações de passivos circulantes (com exceção de dívidas com credores e dividendos a pagar)
- Variações de passivos não circulantes que afetam o lucro líquido

**Atividades de investimento:**

- Variações de ativos não circulantes que não estão incluídas no lucro líquido

**Atividades de financiamento:**

- Variações de passivos circulantes que correspondem a dívidas com credores, e não obrigações com fornecedores, empregados ou o governo

- Variações de passivos circulantes não incluídas no lucro líquido
- Variações de contas de capital social
- Dividendos

**Fonte:** Garrison, Noreen e Brewer, 2011, p. 612.

#### 3.4.1.1 Atividades Operacionais

Para Iudícibus (2010, p.569) as atividades operacionais: “Envolvem todas as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimento e financiamento”. Sendo assim, as atividades operacionais abrangem as atividades ligadas à capacidade operacional da empresa, ou seja, a capacidade de gerar receita que está diretamente ligada à apuração do lucro ou prejuízo da entidade.

Através das atividades operacionais, pode-se perceber o quanto as atividades responsáveis pela geração de recursos na entidade estão sendo capazes de gerar caixa suficiente para pagar empréstimos, manter sua operacionalidade, pagar dividendos, dentre outras coisas, sem a necessidade de obter financiamentos externos para isso. São atividades operacionais: recebimento de clientes, vendas a prazo, pagamento de fornecedores, pagamentos de funcionários, dentre outras.

#### 3.4.1.2 Atividades de Investimento

As atividades de investimentos de acordo com Cardoso (2011, p. 33):

[...] compreendem as transações, aquisições ou vendas de participações em outras empresas, ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados a outros objetos sociais da entidade. Neste tipo de atividade não estão compreendidas as aquisições de ativos adquiridos com o objetivo de revenda. Exemplos:  
Numerários recebidos pelas: vendas de ativos permanentes, distribuição de lucros/dividendos de outras investidas.  
Numerários pagos pelas: aquisições de ativos permanentes.

Sendo assim, as atividades de investimento representam os valores aplicados com a intenção de gerar futuros resultados para entidade, estas aplicações devem

está registras no ativo de longo prazo da empresa, como no caso de compra ou venda de um ativo imobilizado, recebimentos de empréstimos de longo prazo, compra de novas instalações e outros tipos de investimentos.

No fluxo de caixa das atividades de investimento estarão as atividades classificadas como longo prazo, mas que estão diretamente ligadas ao objetivo social da empresa a fim de contribuir para a produção ou venda de seus bens e/ou serviços.

#### 3.4.1.3 Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento são descritas as operações referentes aos empréstimos obtidos e as variações do capital próprio da entidade, ou seja, valores referentes à captação e pagamento de financiamentos e aos recursos advindos dos proprietários da entidade, assim como está ligada ao retorno dos recursos para com aos sócios através de pagamento de dividendos.

Conforme o pronunciamento técnico CPC 03 (2010, p.7): “A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos de financiamentos é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade”. Sendo assim as atividades de financiamentos demonstram se a entidade necessidade obter algum tipo financiamento para manter-se em funcionamento. São exemplos de atividades de financiamento: emissão de ações, pagamento de empréstimos de longo prazo, pagamento de dividendos, dentre outras.

#### 3.4.2 Métodos de Elaboração e Estrutura

A elaboração do fluxo de caixa pode ser realizada através de duas maneiras diferentes a depender das informações disponíveis, que de acordo com Marion (2012) são:

- I. Por meio dos dados extraídos da conta caixa ou do livro caixa, colocando-as nas suas devidas classificações.

- II. Por meio das demonstrações contábeis, nas quais poderão ser extraídas as informações decorrentes do caixa.

Assim, a DFC pode ser elaborada por meio de dois modelos: o método direto e o método indireto. Tais modelos possibilitam visualizar e analisar a situação financeira da empresa, pois o resultado da soma das atividades operacionais, de investimento e financiamento resultará na variação de caixa do período. A diferença entre os dois métodos está na elaboração das atividades operacionais e na forma como estas são descritas, pois, os dois métodos da DFC apresentaram o mesmo montante total dos fluxos de caixa ao fim de sua elaboração.

#### 3.4.2.1 Método Direto

A elaboração da DFC pelo método direto pode ser denominada também de fluxo de caixa no sentido restrito, nesse método as atividades operacionais são realizadas pelo recebimento e pelo pagamento bruto das transações registradas pela contabilidade, por meio dos ajustes que não afetam o caixa realizado na demonstração do resultado do exercício e na demonstração do resultado abrangente, como no caso dos ajustes das vendas e do custo do produto vendido.

Além disso, as atividades operacionais por meio do método direto também são obtidas pelas variações das contas a receber e do estoque que ocorreram no período, devendo ainda realizar os registros das variações ocorridas ligadas as atividades de investimento e financiamento.

Para a realização do método direto se faz necessário todo um controle específico das movimentações de caixa existentes, além de sua devida segregação de acordo com as atividades que a DFC é subdividida. Sendo assim, o demonstrativo por meio desse método iniciará através dos valores efetivamente recebidos pela entidade.

De acordo com Marion (2012, p.458) “[...] esse modelo possui um poder informativo bastante superior ao do Método Indireto, sendo melhor tanto aos usuários externos quanto ao planejamento financeiro do empreendimento”. Pois o



método direto mostra de fato o fluxo de caixa que a empresa obteve no período devido sua elaboração ser feita por meio do livro caixa ou da conta caixa.

A vantagem do método direto é que este reproduz de forma mais detalhada as origens e as aplicações dos recursos no demonstrativo, já a desvantagem é que a obtenção de dados torna-se mais trabalhosa, pois nem sempre estes dados são encontrados de forma rápida.

**Quadro 5 – Exemplo da demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto**

	201X
	<u>Totais (R\$)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	
Recebimento clientes	
(-) Pagamento a fornecedores e empregados	
Caixa gerado pelas operações	
(-) Juros pagos	
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	
(-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais</i>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	
(-) Aquisição da controlada x, líquido do caixa obtido na aquisição	
(-) Compra de ativo imobilizado	
Recebimento pela venda de equipamento	
Juros recebidos	
Dividendos recebidos	
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de investimento</i>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	
Recebimento pela emissão de ações	
Recebimento por empréstimo a longo prazo	
(-) Pagamento de passivo por arrendamento	

(-) Dividendos pagos*
<i>Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de financiamento</i>
<b>Resultado Final de caixa</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>
*Esse valor também poderia ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

**Fonte:** Adaptado do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC - 03), 2010.

#### 3.4.2.2 Método Indireto

O método indireto segundo Iudícibus (2010, p.575): “[...] faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método da conciliação.”. Sendo assim o método indireto é feito através do ajuste do lucro líquido ou do prejuízo do período somado as deduções que não representaram saídas efetivas de caixa, como é o caso da depreciação, juntamente com as variações de estoque, contas a receber, receitas e despesas do período.

Desse modo, Marion (2012) relata que na elaboração da DFC pelo método indireto as aplicações, ou seja, as saídas de caixa serão realizadas por meio do aumento nas contas do ativo circulante e das diminuições do passivo não circulante, já as origens, que são as entradas de caixa ocorrem pelas diminuições do ativo circulante e dos aumentos do passivo circulante.

Através do método indireto o fluxo de caixa é estudado em seu sentido amplo, pois é realizado observando as variações ocorridas no ativo e no passivo tanto circulante como não circulante deixando de fora as disponibilidades e os equivalentes de caixa que são justamente os valores que se pretende encontrar, diferentemente do método direto que estuda mais detalhadamente como se deu as movimentações de caixa do período realizado.

Logo, o método indireto não elenca especificamente quais foram às entradas e saídas de recursos que ocorreram no caixa no período, demonstrando assim um valor resultante da diferença dos saldos das contas juntamente com os valores que

não representam um desembolso de caixa, ou seja, demonstra uma simplificação dos valores ocorridos no período.

De acordo com Warren, Reeve e Fess (2008, p.472) “O método indireto de reportar os fluxos de caixa das atividades operacionais é normalmente mais barato e eficiente que o método direto”. Isso devido o método direto demandar mais tempo e trabalho para sua elaboração.

A vantagem do método indireto é que demonstra a diferença entre o lucro líquido e as movimentações de caixa operacionais, ou seja, a diferença do lucro do período e do caixa gerado a partir das operações da empresa. As empresas costumam utilizar o método indireto devido sua elaboração ser mais fácil se comparada ao método direto.

Já a desvantagem do método indireto segundo Silva e Neiva (2010, p.29) está no “[...] tempo necessário para gerar as informações pelo regime de competência para só depois converte-las para o regime de caixa (se isso for feito uma vez por ano, por exemplo, podemos ter surpresas desagradáveis e tardiamente)”. Pois, este método de elaboração é realizado através da conciliação de valores que estão registrados pelo regime de competência, que só depois serão convertidos para o regime de caixa.

**Quadro 6 – Exemplo da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto**

	201X
	Totais (R\$)
<b>Atividades operacionais</b>	
Lucro líquido antes do IR e CSLL	
Ajustes por:	
Depreciação	
Perda cambial	
(-) Resultado de equivalência patrimonial	
Despesas de juros	

- (-) Aumento nas contas a receber de clientes e outros
- Diminuição dos estoques
- (-) Diminuição nas contas a pagar – fornecedores
- Caixa gerado pelas operações
- (-) Juros pagos
- (-) Imposto de renda e contribuição social pagos
- (-) Imposto e renda na fonte sobre dividendos recebidos

*Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades operacionais*

#### **Atividades de investimentos**

- (-) Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição
- (-) Compra de ativo imobilizado
- Recebimento pela venda de equipamento
- Juros recebidos
- Dividendos recebidos

*Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de investimento*

#### **Atividades de financiamento**

- Recebimento pela emissão de ações
- Recebimento por empréstimo ao longo prazo
- (-) Pagamento de passivo por arrendamento
- (-) Dividendos pagos\*

*Caixa líquido gerado/consumido pelas atividades de financiamento*

#### **Resultado Final de caixa**

#### **Caixa e equivalentes de caixa no início do período**

#### **Caixa e equivalentes de caixa no fim do período**

\*Esse valor também poderia ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

### 3.4.2.3 Método Direto Versus o Método Indireto

Os dois métodos resultarão no mesmo fluxo de caixa das atividades operacionais, no entanto a Financial Accounting Standards Board (FASB) que é o Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira norte-americano, recomenda e incentiva o uso do método direto para divulgação do público externo, no entanto quem optar por este método deverá realizar uma conciliação adicional do lucro líquido do exercício com os fluxos de caixa das atividades operacionais, ou seja, deverá realizar também uma tabela separa com os cálculos pelo método indireto que acompanhará a DFC. Já quem for optar pelo método indireto não necessita realizar também uma tabela com os cálculos pelo método direto, devido esse trabalho adicional que o método direto apresenta as empresas em sua maioria prefere utilizar o método indireto.

## 4 ANÁLISE DA ENTREVISTA

### 4.1 Entrevista Realizada com o Microempreendedor Individual

A entrevista foi realizada com a intenção de saber o grau de conhecimento do empreendedor sobre a DFC, como também para analisar o controle do MEI no que diz respeito suas movimentações de caixa.

#### 4.1.1 Perfil do Microempreendedor Individual

O microempreendedor entrevistado no estudo de caso foi do sexo feminino, no qual possui escolaridade de ensino médio incompleto.

No que diz respeito ao empreendimento, este começou a atuar formalmente em fevereiro de 2012, através da formalização como Microempreendedor Individual, cujo ramo de atividade principal é o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios.

#### 4.1.2 Grau de conhecimento do MEI sobre a DFC

Foi realizado o seguinte questionamento: Você conhece a demonstração de fluxo de caixa? A resposta para o questionamento foi negativa, pois o empreendedor afirmou não possuir em um tipo de conhecimento sobre o que se trata a DFC.

**Quadro 7 – Motivo da não utilização da DFC**

<b>Alternativas</b>	<b>Alternativa(s) escolhida(s)</b>
Complicado	-
Tempo	-
Falta de conhecimento	X
Não é obrigatória pela legislação	X

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

Como demonstra o quadro 7, os motivos pelos quais o empreendedor não utiliza tal demonstrativo dar-se primeiramente pela falta de conhecimento do que se trata a demonstração, como também devido esta não ser obrigatória para esse tipo de empreendimento.

Assim como a DFC, nem uma outra demonstração é utilizada pela empresa. Apesar da não utilização da DFC pela entidade o empreendedor mostrou-se interessado em conhecer melhor esse tipo de demonstrativo, pois atualmente o empreendimento não possui nem um método ou ferramenta que auxilie no controle e no gerenciamento do negócio.

#### 4.1.3 Controle da empresa sobre as movimentações de caixa

No que se refere às movimentações de caixa foi indagado se empresa possuía o controle das entradas de caixa, ou seja, das suas vendas e a resposta foi positiva. O empreendedor faz o controle dessas entradas através de anotações realizadas diariamente em um caderno, este caderno era como se fosse o livro caixa do empreendimento.

Em relação às saídas de caixa não existe controle algum sobre os recursos que saem da empresa. Isso pode representar um risco para o empreendimento, pois o mesmo não possui uma noção geral dos seus gastos, onde este pode até está gastando mais do que pode suportar, gerando grandes riscos para sua manutenção no mercado.

O empreendedor é o responsável pela gestão, pelas vendas, pelo recebimento, pelo pagamento, dentre outras coisas. Pois, o empreendimento não possui funcionário, logo para fins fiscais este não necessita fazer utilização de serviços contábeis, mas mesmo assim o empreendimento faz uso anualmente de tais serviços para gerar a guia de recolhimento mensal e principalmente para realizar a DASN-SIME que é uma declaração obrigatória para o MEI.

No que se refere ao estoque da empresa, esta não possui nem um tipo de controle do que sai ou do que entra no estoque do empreendimento. Isso dificulta na

obtenção de informações sobre o quanto será necessário para repor o estoque à medida que ocorrem as vendas.

No que diz respeito a empréstimos o empreendedor afirmou que fez uso deste, mas que não realizou nem um tipo de estudo ou análise para avaliar a real necessidade de obter esse tipo de financiamento. Fazendo uso do empréstimo para suprir a necessidade de compra de mercadorias, já que não possuía a quantia desejada em caixa para as referidas compras.

Em relação aos recebimentos a prazo o empreendedor afirmou que não possui nem um de tipo de controle sobre os valores que a empresa tem a receber. Mas já em relação à valores em atraso o empreendedor afirmou que possui o controle dos devedores duvidosos, sendo este feito através da análise e observação das notas promissórias de vendas de mercadorias, onde as que são identificadas com atraso são separadas das que não possuem atraso.

**Quadro 8 – Compras ao fornecedor**

<b>Alternativas</b>	<b>Alternativa(s) escolhida(s)</b>
À vista	-
A prazo	-
À vista e a prazo	X

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

O quadro 8 mostra as formas de pagamento ao fornecedor, onde as compras são realizadas tanto à vista como a prazo. Em relação às compras a prazo não existe o controle dos valores a serem pagos, o que o empreendedor fazia era uma media aproximada do que era para pagar no mês. O não controle desses valores dificulta saber o quanto realmente se tem gastado com compra de mercadorias.

Já no que se refere aos investimentos por parte da empresa, está só realiza investimentos que estão diretamente relacionados com sua operação, ou seja, que sejam relacionados com suas vendas.

No que tange as despesas do empreendimento como aluguel, energia, água e outras, o empreendedor realiza o controle desses valores, que é feito por meio de anotações em um caderno, de acordo com empreendedor as anotações realizadas são as referentes às despesas fixas mensais.



Por fim foi indagado ao empreendedor se o mesmo enfrentava algum tipo de dificuldade gerencial como mostra o quadro a seguir:

**Quadro 9 – Principais dificuldades gerenciais**

<b>Alternativas</b>	<b>Alternativa(s) escolhida(s)</b>
Com planejamento	X
Controlar o dinheiro da empresa	X
Concorrência	-
Administrar o negócio	-
Não apresenta dificuldades	-

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

O quadro 9 demonstra as alternativas escolhidas pelo empreendedor como sendo suas dificuldades gerenciais, a primeira é justamente com o planejamento e a segunda está em como controlar o dinheiro da empresa. Essas dificuldades podem ser amenizadas com o auxílio da DFC através de informações advindas do fluxo de caixa do empreendimento.

#### **4.2 Sugestões para o gerenciamento do MEI através da DFC**

Ao observar que o MEI entrevistado não fazia uso da DFC, nem ao menos possuía conhecimento sobre o que se trata tal demonstração seguem algumas sugestões para que o mesmo entenda o que pode representar tal demonstrativo, assim como dicas para melhor planejar e gerir o empreendimento por meio desta demonstração.

A DFC pode representar uma ferramenta de auxílio no gerenciamento das empresas de modo geral, até mesmo em pequenos empreendimentos como é o caso do MEI pois, seja qual for o porte da entidade está sempre possuirá um caixa no qual é possível retirar informações valiosas.

Através dos registros de caixa e do controle dos bens e obrigações de uma entidade se pode chegar a informações como a capacidade de geração de recursos

por meio de sua atividade operacional, no caso deste MEI por meio de suas vendas, assim como sua real necessidade de obtenção de empréstimos, permite também analisar como melhor aplicar seus recursos caso ocorram futuros caixas positivos, assim como analisar a capacidade da empresa de pagar seus compromissos futuros, dentre outras informações relativas aos seus recursos financeiros.

Para fazer uso dessas informações este MEI deve primeiramente, controlar melhor os seus recursos financeiros, tanto suas entradas como suas saídas, em principal a última já que não existe controle algum das saídas dos recursos.

Além de controlar suas variações de caixa, é necessário controlar também: os recebimentos a prazo, as compras realizadas a fornecedores, o estoque existente, dentre outras coisas que influenciem direta ou indiretamente o caixa da empresa.

A recomendação é que o MEI faça uso de planilhas para melhor controlar e acompanhar esses valores de caixa e que o mesmo continue fazendo seu acompanhamento das entradas diariamente, se possível também fazendo uso de planilhas para as entradas, pois, através das planilhas torna-se mais fácil a análise destes valores.

Após o MEI realizar o controle geral das entradas e das saídas de recursos, pode-se elaborar uma DFC simplificada, com a separação dos fluxos de caixa das atividades operacionais que são as relacionais com a operação do empreendimento, das atividades de investimento e das atividades de financiamento. Para assim melhor organizar suas variações de caixa e chegar ao saldo de caixa existente no empreendimento, para enfim obter informações que auxiliem na tomada de decisão referente ao gerenciamento do negócio, como explicado anteriormente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa é notório que o MEI entrevistado não sabe e nem compreende quais os benefícios que a DFC pode representar para o gerenciamento de um negócio independentemente do seu porte. Onde a forma de controle e gerenciamento atualmente existente no MEI é basicamente através de anotações realizados pelo empreendedor em um caderno e por meio do seu conhecimento sobre o comércio e a clientela.

Apesar do desconhecimento deste sobre a DFC e seus benefícios, o MEI entrevistado mostrou-se interessado em saber do que se trata tal demonstração e quais as informações e benefícios que esta pode gerar para o seu empreendimento.

Pois, a DFC é uma demonstração que possibilita aos empreendedores obterem informações sobre a origem do dinheiro que entrou no caixa da empresa, bem como permite saber as aplicações realizadas por meio das saídas de caixa, além de demonstrar como a empresa se encontra economicamente em relação sua capacidade de caixa e de seus equivalentes de caixa.

Devido ao não controle das saídas de recursos deste MEI, faz com que o mesmo não possua noção alguma dos gastos totais que a empresa apresenta mensalmente, podendo ocasionar riscos no que diz respeito a manutenção do empreendimento no mercado.

Sendo assim, para conseguir elaborar uma DFC e obter mais informações sobre sua situação de caixa, se é positiva ou negativa, assim como outras informações relativas à sua capacidade de caixa, se faz necessário que este MEI realize não só o controle dos recursos que entram no caixa, mas também de suas saídas de caixa, pois, todas as movimentações são necessárias para a elaboração de uma DFC.

O não uso de ferramentas gerenciais pelos pequenos empreendimentos compromete sua permanência no mercado competitivo, assim como seu crescimento. Deste modo, a DFC representa uma fonte de informações que auxilia sim na gestão de um empreendimento, pois aborda um dos mais importantes itens de uma empresa, que é justamente seu caixa. Por ser de fácil entendimento pode

ser utilizada nos diversos tipos de empreendimentos como um suporte gerencial para a tomada de decisão.

Pois, de acordo com Ludícibus (2010) o objetivo da DFC é justamente o de fornecer informações relevantes no que se refere a pagamentos e recebimentos em dinheiro de uma empresa em um determinado período de tempo, que auxiliará na análise de como se encontra a capacidade de caixa da empresa, além de conhecer quais são as necessidades desta fazer uso de seu caixa.

Portanto, a DFC representa uma importante ferramenta informacional sobre a situação de caixa de uma empresa, devendo ser adotada pelos diversos tipos de empreendimentos, em principal pelos pequenos empreendimentos, pois, através dela podem ser retiradas informações gerenciais para auxiliar na condução e na gestão de um negócio.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Planalto**. Brasília, 15 de dez.1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2006. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Planalto**. Brasília, 19 de dez. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp128.htm#art14](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm#art14)> Acesso em: 08 nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Planalto**. Brasília, 28 de dez. 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)> Acesso em: 13 nov. 2014.

CAIXETA, Maiara Gomes. **Fluxos de caixa como ferramenta de gestão aplicável às micro e pequenas empresas de Luziânia-GO**. 2012. 34 f. Relatório final (Graduação em Administração) - Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Luziânia, GO, 2012. Disponível em: <[www.unidesc.edu.br/download/?arquivo=1420](http://www.unidesc.edu.br/download/?arquivo=1420)>. Acesso em: 26 nov. 2014.

CARDOSO, Maria José Agues. **Fluxos de caixa na gestão financeira das empresas. Caso Rádio Televisão Cabo-verdiana (RTC)**. 2011. 94 f. Monografia (Grau de Licenciatura em Economia e Gestão Auditoria Financeira) - Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Campus Universitário da Cidade da Praia, Cabo verde, 2011. Disponível em:<<http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/323/1/M-%20Jos-%20Cardoso.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Dispõe sobre a aprovação da NBC T 1: Das características da informação contábil. 1995. Resolução CFC n.º 785 de 1995. Disponível em: <[cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_785.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_785.doc)>. Acesso em: 31 nov. 2014.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)**. Dispõe a Demonstração de Fluxos de Caixa. 2010. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183\\_CPC\\_03\\_R2\\_rev%2004.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2004.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2014.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico PME**. Dispõe a contabilidade para pequenas e médias empresas. 2009. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/392\\_CPC\\_PMEeGlossario\\_R1.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1.pdf)>. Acesso em: 02 mar.. 2015.

FRAGA, Jailton Costa; ROMÃO, Joseneide Araujo Neves. A contabilidade gerencial como ferramenta no processo de tomada de decisão nas microempresas. **REVISTA Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, [S.l.], p. 75-88, mar.. 2013. Disponível em: <[http://fjav.com.br/revista/Downloads/EdicaoEspecialPosControladoria/Artigo75\\_88.pdf](http://fjav.com.br/revista/Downloads/EdicaoEspecialPosControladoria/Artigo75_88.pdf)>. Acesso em: 4 mar.. 2015.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C.. **Contabilidade Gerencial**. Tradução e revisão técnica Antonio Zoratto Sanvicente. Reimpr. Rio de Janeiro: LCT, 2011.

GUEDES, Enildo Marinho (Org.) et al. **Padrão UFAL de normalização**. Maceió: EDUFAL, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio et al. **Manual de contabilidade societária**. 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

JIAMBALVO, James. **Contabilidade gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Portal do Empreendedor. **Definição de Microempreendedor Individual – MEI**. [s.l.]: [entre 2008 e 2014]. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

SEBRAE (Org.). **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 5. Ed. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Tra>

balho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa\_2012.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do Microempreendedor Individual**. São Paulo: 2013d. Disponível em: <[http://www.cebrasse.org.br/downloads/pdf/mei\\_4.pdf](http://www.cebrasse.org.br/downloads/pdf/mei_4.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Perfil do Microempreendedor Individual 2013**. [s.l]: 2013a. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Perfil%20MEI%202013.>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: 2013c. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia\\_das\\_empresas\\_no\\_Brasil=2013.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Taxas de Sobrevivência das Empresas no Brasil**. [s.l]: 2013b. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/\\$File/4456.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/$File/4456.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2014.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Danielle Zanetti Guimarães da; NEIVA, Roberta Mendes. O fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira e estratégia nas empresas. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**. São Paulo, v.2, n.2, p. 23-35, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/Metodista-SP/REFAE/v02n01/v02n01a03.pdf>>. Acesso em: 1 mar.. 2015.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E.. **Contabilidade gerencial**. Tradução técnica de André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. 2. Ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

**ANEXO**



## ENTREVISTA

### PARTE I – PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

#### Identificação do entrevistado

1. Sexo: \_\_\_\_\_
2. Escolaridade: \_\_\_\_\_

#### Identificação do empreendimento

3. Ramo de atividade: \_\_\_\_\_
4. Data do início da atividade: \_\_\_\_\_
5. Tipo de empresa: \_\_\_\_\_

### PARTE II – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – APLICABILIDADE E GRAU DE CONHECIMENTO.

6. Você conhece a demonstração de fluxo de caixa?  
 Sim    Não

**Se sim:**

7. Você aplica a demonstração fluxo de caixa na empresa?  
 Sim    Não
8. Como você considera o seu nível de conhecimento sobre a demonstração de fluxo de caixa?  
 Bom    Regular    Péssimo
9. Você considera importantes as informações apresentadas pela demonstração no fluxo de Caixa?  
 Sim    Não
10. Você utiliza a demonstração de fluxo de caixa como ferramenta de auxílio nas tomadas de decisões?  
 Sim    Não
12. Qual a periodicidade da elaboração da demonstração de fluxo de caixa?  
 Diário    Semanal    Mensal    Anual    Outro
13. Você utiliza a demonstração de fluxo de caixa como ferramenta para o gerenciamento do empreendimento?  
 Sim    Não

**Se não:**

14. Por qual motivo você não utiliza a demonstração de fluxo de caixa?

Complicado  tempo  falta de conhecimento

Não é obrigatória pela legislação

15. Você utiliza alguma outra demonstração contábil?

Sim  Não

16. Você gostaria de conhecer a demonstração de fluxo de caixa?

Sim  Não

17. Atualmente qual o método ou ferramenta que você utiliza para o controle e gerenciamento de sua empresa?

---

---

---

### PARTE III – CONTROLE DA EMPRESA SOBRE SUAS MOVIMENTAÇÕES DE CAIXA

18. Existe algum tipo de controle das entradas de caixa (vendas)?

Sim  Não

Se sim, explica qual.

---

19. Existe algum tipo de controle das saídas de caixa (pagamentos)?

Sim  Não

Se sim, explica qual.

---

20. Possui um funcionário?

Sim  Não

21. A empresa faz uso de serviços contábeis?

Sim  Não

Se sim, com que frequência?

---

22. A empresa possui o controle de seus estoques?

Sim  Não

Se sim, que tipo de controle é realizado?

---

---

23. A empresa já obteve algum tipo de empréstimo?

Sim  Não

Se sim, foi feito algum tipo de estudo ou análise para relatar a real necessidade do mesmo?

---

---

24. Existe o controle dos recebimentos a prazo?

Sim  Não

Se sim, que tipo de controle é esse?

---

25. A empresa possui o controle de seus devedores duvidosos?

Sim  Não

26. A empresa faz compras ao fornecedor:

À vista  À prazo  À vista e a prazo

Se realizar a prazo, existe algum tipo de controle para o pagamento?

---

27. A empresa faz algum tipo de investimento sem está diretamente ligado a sua atividade?

Sim  Não

Se sim, que tipo de investimento é?

---

28. A empresa possui o controle de suas despesas (aluguel, energia, água, juros e outas)?

Sim  Não

Se sim, como é esse controle?

---

29. Principais dificuldades gerenciais enfrentadas pela empresa?

Com planejamento  Controlar o dinheiro da empresa

Concorrência  Administrar o negócio

Não apresenta dificuldades